

MOÇÃO

(aprovada no 5º Congresso do SPGL)

Pela educação, pela dignificação dos docentes, pela democracia, pelo país SIM À GREVE CONVOCADA PELA FRENTE COMUM PARA 13 DE MARÇO

O congresso de um sindicato representa sempre um momento alto para os seus sócios porque se espera que daí venha a reflexão sobre o que queremos para o futuro, o reforço da coesão interna nos objetivos aprovados mas também a mobilização necessária para o combate aos ataques que têm sido desferidos sobre os trabalhadores. Estes últimos anos de governo PSD-CDS ficam na memória coletiva como dos mais negros no que toca à perda de direitos, à desregulação da legislação laboral, ao aumento do tempo de trabalho, de perda de dias de descanso e de férias, de cortes nos salários, de generalização da precarização laboral, de aumento do tempo para a aposentação, de despedimentos, do alastramento do desemprego, de falências, de atropelamento dos direitos sindicais, de violação dos direitos consagrados na própria CRP e de diminuição da democracia!

Os trabalhadores da administração pública têm sido dos mais atacados. Estes/as trabalhadores e trabalhadoras não têm convenções coletivas de trabalho, pelo que estando mais desprotegidos, o governo tem tido a faca e o queijo na mão e tem aproveitado para lhes cortar salários, despedir pessoal, retirar direitos... transformando-os no setor que mais tem sofrido com a austeridade!

Este quadro foi sempre justificado como sendo o inevitável caminho para a recuperação do país, como sendo o que nos permitiria pagar a monumental dívida pública que fez o país ter que recorrer à intervenção da Troika e ficar sob protetorado nos últimos três anos.

Contudo, Portugal é hoje um país na cauda da Europa no que toca à produção de riqueza e às desigualdades sociais, sendo que o peso das remunerações do trabalho diminuiu de forma significativa relativamente ao PIB nacional. O estado social sofre o seu desmantelamento diário, desaparecendo gradualmente uma das maiores conquistas da revolução que permitia que todos e todas tivessem direito de acesso a uma resposta adequada na saúde, na educação, na segurança social. Mas apesar deste ataque todo, a almejada descida da dívida não se tem verificado, pelo contrário, tem aumentado exponencialmente, rondando já os 134%!

Quem de nós não se coloca diariamente a pergunta: - Então para que fazemos tantos sacrifícios? A quem interessa este empobrecimento coletivo?

Em simultâneo, temos assistido a sucessivos escândalos, desde a pulverização de capitais nunca justificados quanto ao destino que levaram, aos negócios desastrosos da banca, à teia

de corrupção envolvendo grandes nomes da política e de multinacionais, que na maioria dos casos têm merecido a sua quase impunidade e espante-se, em alguns deles, a



**Os desafios
da docência**
perante o recuo dos direitos de cidadania
5 e 6 de fevereiro de 2015
fórum Lisboa

intervenção estatal, numa lógica de privatização dos seus lucros e de nacionalização dos seus prejuízos!

A Educação foi dos setores mais atingidos! A coberto da dita austeridade, o governo elegeu a destruição dos alicerces da escola pública como seu alvo preferencial, pois há neste âmbito um apetecível mercado a explorar; mas também porque a ideologia que o atravessa pensa que o povo quanto menos culto mais facilmente é dominado. Assim, atirou milhares de docentes para o desemprego, para a saída da profissão ou para a rescisão por mútuo acordo, cortou os seus salários, alterou os currículos, empobrecendo-os na sua componente humanista, aumentou o número de alunos por turma, aumentou a carga horária, burocratizou o trabalho docente, humilhou a classe ao tentar impor uma Prova de Avaliação de Capacidades e Competências, obscura nos seus propósitos e indigna porque desqualifica de forma insuportável os saberes académicos e pedagógicos de todos nós!

Em alguns países da Europa corre hoje um sopro de mudança e a esperança de alterar este cenário de empobrecimento coletivo, de diminuição de direitos, da desvalorização do valor do trabalho, do atropelamento da democracia, começa a surgir! Também em Portugal é possível o caminho de mudança. Os sindicatos historicamente desempenharam o papel de afirmação de emancipação dos povos pelo que hoje, todos nós, que nos revemos neles, temos a enorme responsabilidade neste tempo tão difícil, de, com a nossa força na unidade e na razão, construirmos um novo futuro, uma nova realidade.

Perante todas estas razões, os delegados e delegadas presentes no 5º Congresso do SPGL, decidem:

- Aderir à **greve convocada pela Frente Comum para toda a Administração Pública, no dia 13 de março de 2015**, como forma de mostrar a sua indignação e rejeição perante todos os ataques perpetrados relativamente às condições socioprofissionais destes/as trabalhadores e trabalhadoras, lutando por um Portugal em que o trabalho seja tratado com dignidade porque só assim cada um e cada uma terá acesso a uma vida decente.